

NESIC Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

NESIC BRASIL S/A
C.N.P.J.(MF) 42.582.742/0001-12

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e que toda a documentação relativa às contas apresentadas está a disposição dos Acionistas para os esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

São Paulo, 14 de Abril de 2022

A Diretoria



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

NESIC Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NESIC Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NESIC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

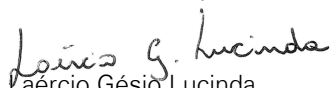
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-023228/O-4



Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

NESIC Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.021	3.858	Fornecedores	9	3.398	3.564
Contas a receber de clientes	6	11.732	11.261	Empréstimos	10	6.000	3.000
Estoques		57	167	Salários, encargos e provisões trabalhistas	11	1.234	1.681
Ativo fiscal corrente		439	496	Passivo fiscal corrente		363	414
Outras contas a receber	7	214	147				
Total do ativo circulante		14.463	15.929	Total do passivo circulante		10.995	8.659
				Provisão para contingências	13	3.023	5.284
Contas a receber de clientes	6	-	1.304	Total do passivo não circulante		3.023	5.284
Outras contas a receber	7	133	237				
Total do realizável a longo prazo		133	1.541	Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	339	426	Capital social	14	22.041	22.041
				Reserva de lucros		689	689
				Prejuízos acumulados		(21.813)	(18.777)
Total do ativo não circulante		472	1.967	Total do patrimônio líquido		917	3.953
Total do ativo		14.935	17.896	Total do passivo e patrimônio líquido		14.935	17.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NESIC Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	30.666	26.526
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	16	<u>(30.230)</u>	<u>(28.774)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>436</u>	<u>(2.248)</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(3.625)	(3.716)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16	335	(322)
Outras receitas operacionais		<u>7</u>	<u>22</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		<u>(2.847)</u>	<u>(6.264)</u>
Receitas financeiras		204	226
Despesas financeiras		<u>(393)</u>	<u>(55)</u>
Receitas/Despesas financeiras líquidas	17	<u>(189)</u>	<u>171</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(3.036)</u></u>	<u><u>(6.093)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NESIC Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(3.036)	(6.093)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(3.036)</u>	<u>(6.093)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NESIC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	<u>22.041</u>	<u>689</u>	<u>(12.684)</u>	<u>10.046</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.093)</u>	<u>(6.093)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>22.041</u>	<u>689</u>	<u>(18.777)</u>	<u>3.953</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.036)</u>	<u>(3.036)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>22.041</u>	<u>689</u>	<u>(21.813)</u>	<u>917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NESIC Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(3.036)	(6.093)
Ajustes para:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(335)	322
Depreciação e amortização	8	124	183
Provisão para contingências	13	(1.159)	(29)
Perda na baixa de ativo imobilizado	8	14	9
Ajuste a Valor Presente	6	(78)	(68)
Despesas com juros	10	389	35
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes		1.246	3.751
Estoques		110	(48)
Ativo fiscal corrente		57	158
Outras contas a receber		37	18
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(166)	576
Salários, encargos e provisões trabalhistas		(447)	56
Passivo fiscal corrente		(51)	(43)
Pagamento de contingências	13	(1.102)	(430)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(4.397)</u>	<u>(1.603)</u>
Juros pagos	10	(389)	(35)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(4.786)</u>	<u>(1.638)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	8	<u>(51)</u>	<u>(87)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(51)</u>	<u>(87)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos	10	<u>3.000</u>	<u>3.000</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>3.000</u>	<u>3.000</u>
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.837)</u>	<u>1.275</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		<u>3.858</u>	<u>2.583</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u><u>2.021</u></u>	<u><u>3.858</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NESIC Brasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dom Joaquim de Melo, 162/178, Alto da Mooca, no Estado de São Paulo, constituída em 26 de agosto de 1976 e tem por objetivo: (i) a prestação de serviços de: instalação, assistência técnica, zeladoria, manutenções, e treinamento de sistemas elétricos, eletrônicos, ar condicionado e de telecomunicações; (ii) integração de sistemas de telecomunicações e dados; (iii) comercialização de materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos e correlatos inerentes as atividades e (iv) construção civil especialmente relacionados às atividades acima, tendo como principais clientes as operadoras e fabricantes de equipamentos na área de telecomunicações, em todo o território nacional.

(a) Impactos causados pela pandemia COVID-19

A Nesic Brasil S.A. continua monitorando os desdobramentos do surto coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios.

A administração tem adotado todas as medidas para garantir a máxima segurança e prevenção de cada um dos colaboradores. Incluem-se nessas medidas: desinfecção diária e periódica das instalações, medição de temperatura de todos os colaboradores antes de acessarem a unidade, afastamento de pessoas do grupo de risco, máscaras para 100% dos colaboradores incluindo a área administrativa, medidas de distanciamento social, entre outras ações.

Todas as medidas seguem as determinações dos órgãos de saúde, como a OMS (“Organização Mundial da Saúde”) e as autoridades locais de saúde.

Na data das demonstrações financeiras não foi identificado riscos relevantes em relação à atividade da Companhia, alteração nas estimativas contábeis e demais provisões, e, ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas CPC PME (R1) – “Contabilidade para pequenas e Médias Empresas”.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativo e passivo no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - provisão para perdas do contas a receber e ajustes a valor presente;
- **Nota explicativa 8** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 13** - provisão para contingências;

– (i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa de instrumentos financeiros.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional na data do balanço. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data que estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado no período baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instrumentos	10 anos
Veículos	5 anos
Ferramentas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em que a mesma não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

g. Receita operacional

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Prestação de serviços

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço, sendo os serviços atualmente executados de curtíssimo prazo. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receitas com juros e aplicações financeiras;
- juros sobre empréstimos; e
- multas e juros de mora e ajustes a valor presente.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Não há o reconhecimento contábil de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme nota explicativa 18b.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	12	14
Aplicações financeiras	2.009	3.844
	<u>2.021</u>	<u>3.858</u>

As aplicações financeiras da Companhia compreendem Fundos de Aplicações Financeiras em Quotas de Curto Prazo e CDB de instituições de 1ª linha com liquidez diária. A taxa média anualizada da remuneração das aplicações financeiras é de 0,4% em 2021 (0,4% em 2020).

6 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	11.736	13.053
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12)	100	100
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa (nota 19)	(21)	(356)
(-) Ajuste a valor presente - Longo Prazo	-	(78)
(-) Desconto plano de recuperação judicial OI - Curto Prazo (i)	(83)	(154)
	<u>11.732</u>	<u>12.565</u>
Circulante	11.732	11.261
Não circulante	<u>-</u>	<u>1.304</u>

A análise de vencimentos do contas a receber e a exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

- (i) No plano de recuperação judicial da OI aprovado em 20/12/2017 foi estipulado um desconto de 10% sobre o importe dos títulos sujeitos a Recuperação Judicial.

7 Outras contas a receber

	2021	2020
Depósitos judiciais	133	237
Adiantamentos a funcionários	94	74
Despesas antecipadas	120	73
	<u>347</u>	<u>384</u>
 Circulante	 214	 147
Não circulante	133	237

8 Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2021			2020
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	335	(314)	21	32
Instrumentos	2.418	(2.202)	216	316
Instalações	82	(78)	4	5
Equipamentos de informática	498	(400)	98	73
Ferramentas	144	(144)	-	-
	<u>3.477</u>	<u>(3.138)</u>	<u>339</u>	<u>426</u>

b. Movimentação do custo

	2020	Adições	Baixas	2021
Móveis e utensílios	335	-	-	335
Instrumentos	2.646	-	(228)	2.418
Instalações	82	-	-	82
Equipamentos de informática	657	51	(210)	498
Ferramentas	529	-	(385)	144
	<u>4.249</u>	<u>51</u>	<u>(823)</u>	<u>3.477</u>
	2019	Adições	Baixas	2020
Veículos	133	-	(133)	-
Móveis e utensílios	334	1	-	335
Instrumentos	2.679	9	(42)	2.646
Instalações	82	-	-	82
Equipamentos de informática	582	77	(2)	657
Ferramentas	529	-	-	529
	<u>4.339</u>	<u>87</u>	<u>(177)</u>	<u>4.249</u>

c. Movimentação da depreciação

	2020	Adições	Baixas	2021
Veículos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(303)	(11)	-	(314)
Instrumentos	(2.330)	(87)	215	(2.202)
Instalações	(77)	(1)	-	(78)
Equipamentos de informática	(584)	(25)	209	(400)
Ferramentas	(529)	-	385	(144)
	<u>(3.823)</u>	<u>(124)</u>	<u>809</u>	<u>(3.138)</u>
	2019	Adições	Baixas	2020
Veículos	(133)	-	133	-
Móveis e utensílios	(290)	(13)	-	(303)
Instrumentos	(2.240)	(122)	32	(2.330)
Instalações	(75)	(2)	-	(77)
Equipamentos de informática	(565)	(22)	3	(584)
Ferramentas	(520)	(9)	-	(529)
	<u>(3.823)</u>	<u>(168)</u>	<u>168</u>	<u>(3.823)</u>

9 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais de mercadorias e serviços	3.254	3.337
Fornecedores estrangeiros de serviços	<u>144</u>	<u>227</u>
	<u>3.398</u>	<u>3.564</u>

10 Empréstimos

- (i) Termos e condições dos empréstimos em aberto:
Empréstimos obtidos em moeda corrente nacional em 25/09/2020 no valor de R\$3.000, em 05/02/2021 no valor de R\$2.000 e em 30/04/2021 no valor de R\$1.000. Os vencimento dos empréstimos foi renegociados para pagamento em uma única parcela em 31/03/2022. A taxa de juros prevista em contrato é de 12,3%.

(ii) Movimentação do saldo de empréstimo

	31/12/2020	Novos empréstimos e financiamentos- Principal	Pagamentos- Principal	Juros Incorridos	Juros Pagos	31/12/2021
Circulante						
Moeda Nacional						
Banco Sumitomo (Capital de Giro)	3.000	3.000	-	389	(389)	6.000
Total Circulante	3.000	3.000	-	389	(389)	6.000

Moeda Nacional						
Banco Sumitomo (Capital de Giro)	3.000	3.000	-	389	(389)	6.000

	31/12/2019	Novos empréstimos e financiamentos- Principal	Pagamentos- Principal	Juros Incorridos	Juros Pagos	31/12/2020
Circulante						
Moeda Nacional						
Banco Sumitomo (Capital de Giro)	-	3.000	-	35	(35)	3.000
Total Circulante	-	3.000	-	35	(35)	3.000

Moeda Nacional						
Banco Sumitomo (Capital de Giro)	-	3.000	-	35	(35)	3.000

11 Salários, encargos e provisões trabalhistas

	2021	2020
Participação nos lucros	-	222
Provisão para férias e encargos sobre férias	896	1.110
IRRF sobre folha de pagamento	94	92
INSS a recolher	172	172
FGTS a recolher	58	68
Outros	14	17
	1.234	1.681

12 Transações com partes relacionadas

a. Outras transações com partes relacionadas

A controladora final da Companhia é a NEC Networks & System Integration Corporation.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de vendas da Companhia para suas acionistas NEC Latin America S.A. e NEC Networks & System Integration Corporation.

	Nota	Natureza	2021	2020
Ativo circulante:				
NEC Latin America S.A.	6	Contas a receber de cliente	100	100
Resultado:				
Vendas		Venda de mercadorias e serviços	-	10

b. Operações com pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a remuneração dos administradores totalizou R\$240 (R\$240 em 2020). A remuneração dos administradores abrange os pro-labores pagos.

13 Provisão para contingências

Passivos contingentes

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada em informações de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências no montante de R\$ 3.023 (R\$ 5.284 em 2020).

Movimentação das provisões

	31/12/2020		31/12/2021		
	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Contingências trabalhistas	5.284	536	(1.102)	(1.695)	3.023

	31/12/2019		31/12/2020		
	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo final
Contingências trabalhistas	5.743	375	(430)	(404)	5.284

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais de naturezas trabalhista e cível em diversas fases do rito processual. No entanto, de acordo com as informações de seus assessores jurídicos, não existem processos de perda possível para 2021 e 2020.

14 Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$22.041, dividido em 22.041.163 ações ordinárias, no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Sócias	Participação - %	Ações	R\$
NEC Latin America S.A.	12,56	2.768.722	2.769
NEC Networks & System Integration Corp	87,44	19.272.441	19.272
	100,00	22.041.163	22.041

Reserva Legal

Não houve a constituição de reserva legal, em função dos prejuízos acumulados.

Dividendos

Não houve a distribuição de dividendos referente ao exercício 2021 em função do saldo dos prejuízos acumulados.

15 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta de vendas de mercadorias	4.399	2.516
Receita bruta de vendas de serviços	31.413	28.399
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre vendas	(5.146)	(4.389)
Receita líquida	30.666	26.526

16 Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e despesas gerais e administrativas por natureza

	2021	2020
Mercadorias	(3.304)	(1.648)
Material Utilizado em Obra	(599)	(1.409)
Serviços de Terceiros	(10.965)	(10.418)
Despesas com pessoal	(14.165)	(13.484)
Contingências	1.159	169
Viagens e hospedagens	(1.761)	(1.673)
Aluguel de veículos e equipamentos	(1.105)	(1.061)
Combustível e manutenção de veículos	(987)	(814)
Comunicações	(143)	(151)
Depreciação e amortização	(124)	(170)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	335	(322)
Outras despesas	(1.861)	(1.831)
Total	(33.520)	(32.812)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(30.230)	(28.774)
Despesas gerais e administrativas	(3.625)	(3.716)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	335	(322)

17 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	126	156
Ajuste a valor presente	78	70
Receitas financeiras	<u>204</u>	<u>226</u>
Descontos sobre duplicatas	(1)	(12)
Juros sobre Tributos	(3)	(9)
Juros sobre Empréstimos	<u>(389)</u>	<u>(34)</u>
Despesas financeiras	<u>(393)</u>	<u>(55)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(189)</u>	<u>171</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada como segue:

	2021	2020
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.036)	(6.093)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	<u>1.032</u>	<u>2.072</u>
(Adições) exclusões permanentes	(5)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(1.027)</u>	<u>(2.066)</u>
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>0%</u>	<u>0%</u>

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Diferenças temporárias	3.286	6.273
Prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social	<u>35.927</u>	<u>29.915</u>
	<u>39.213</u>	<u>36.188</u>

Os prejuízos fiscais acumulados, provisões não dedutíveis no exercício, e base negativa de contribuição social somavam o montante de R\$ 39.213 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 36.188 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens (preponderante), pois nos exercícios de sua constituição não eram prováveis que lucros tributáveis futuros estivessem disponíveis para que a Companhia pudesse utilizar-se destes benefícios.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. A Companhia efetua análises de crédito para todos os novos clientes e faz o acompanhamento de todos os saldos a receber em aberto, suspendendo a venda em qualquer indício de inadimplência. A Companhia tem como principais clientes as operadoras de telecomunicações e os fabricantes de equipamentos de telecomunicações, considerados de baixo risco de inadimplência.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.021	3.858
Contas a receber de clientes	6	11.732	12.565
		<u>13.753</u>	<u>16.423</u>

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais foram reconhecidos perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2021	2020
A vencer	9.426	7.698
Vencidos até 30 dias	1.079	1.118
Vencidos entre 31 e 60 dias	93	872
Vencidos entre 61 e 90 dias	69	364
Vencidos entre 91 e 180 dias	42	1.090
Vencidos entre 181 e 365 dias	172	19
Vencidos acima de 365 dias	851	1.404
	<u>11.732</u>	<u>12.565</u>

A movimentação na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	356	34
Adições	116	336
(Baixas)	<u>(451)</u>	<u>(14)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>21</u>	<u>356</u>

A Companhia possui uma política formalizada para as provisões de créditos de liquidação duvidosa. O critério para constituição de provisão são todas as notas fiscais emitidas há mais de 1 (um) ano independente da sua data de vencimento não liberadas para pagamento.

Foi registrado descontos referentes ao plano de recuperação judicial da Companhia Oi (10%) no valor de R\$ 83 em 2021 (R\$ 154 em 2020) sobre os créditos a receber no valor de R\$ 834 (R\$ 1.5836 em 2020). O processo de recuperação judicial está em andamento desde o dia 20/06/2016.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

	Nota	Valor contábil	1-12 meses	Acima de 12 meses
31 de dezembro de 2021				
Passivos financeiros não derivativos:				
Fornecedores	9	3.398	3.398	-
Empréstimos e financiamentos	10	6.000	6.000	-
31 de dezembro de 2020				
Passivos financeiros não derivativos:				
Fornecedores	9	3.564	3.564	-
Empréstimos e financiamentos	10	3.000	3.000	-

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos concedidos, as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Total do passivo	14.018	13.943
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.021)</u>	<u>(3.858)</u>
Dívida líquida	11.997	10.085
Total do patrimônio líquido	<u>917</u>	<u>3.953</u>
Relação dívida líquida sobre capital	<u><u>13,08</u></u>	<u><u>2,55</u></u>

Classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

	Nota	Valor justo por meio do resultado - Nível 2	Empréstimos e recebíveis	Passivo pelo custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2021					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.021	-	-	2.021
Contas a receber de clientes	6	-	11.732	-	11.732
Outras contas a receber	7	-	347	-	347
Fornecedores	9	-	-	3.398	3.398
Empréstimos bancários	10	-	-	6.000	6.000
31 de dezembro de 2020					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.858	-	-	3.858
Contas a receber de clientes	6	-	12.565	-	12.565
Outras contas a receber	7	-	384	-	384
Fornecedores	9	-	-	3.564	3.564
Empréstimos bancários	10	-	-	3.000	3.000

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

20 Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2022 foi firmado o termo aditivo de renegociação do contrato de empréstimos junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A no valor de R\$ 6.000, postergando o vencimento inicial de 31 de março de 2022 para 30 de setembro de 2022, e alterando a taxa de juros para 15,56% a.a.

* * *

Toshiya Matsumoto
Diretor Presidente

Edson Akira Agüena
Contador
CRC 1SP192134/O-2